

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Franco da Rocha Sub-região Norte

Data: 25 de abril de 2016

Local: Prefeitura Municipal

Rua 5 de maio, 97 - 5º andar

Vila Maggi - Franco da Rocha

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Prefeito de Franco da Rocha e presidente do Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Bacia do Juqueri (Cimbaju)

Kiko Celeguim

Representante da Câmara Municipal de Franco da Rocha

Vereadora Neiva Hernandez

Prefeito de Mairiporã e presidente do Consult da Sub-região Norte

Marcio Pampuri

Superintendente de Habitação de Cajamar

Álvaro Melo

Secretário de Meio Ambiente de Caieiras

Bonfilio Alves Ferreira

Coordenador de Administração de Francisco Morato

Vinicius Tolentino

Representante da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da RMSP

Maria Lígia Soares de Oliveira Wertheimer

Coordenadora dos trabalhos do PDUI em Franco da Rocha

Pamela Marques Garcia

Representante do Consult da Sub-Região Norte na Câmara Técnica do PDUI

Dra Isis Bueno

Sociedade Civil e outros participantes – ver lista de presença

O município de Franco da Rocha sediou no dia 25/04/2016 a primeira audiência municipal de mobilização da Sub-Região Norte, dentro do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP). Essas reuniões têm como principal objetivo mobilizar os cidadãos para discutir e fazer propostas para esse território.

O evento foi realizado na Vila Maggi e contou com as presenças da vereadora Neiva Hernandez, representando a Câmara Municipal de Franco da Rocha, do vereador Josineto, do prefeito de Mairiporã, Marcio Pampuri, do superintendente de Habitação de Cajamar, Álvaro Melo, do secretário de Meio Ambiente de Caieiras, Bonfilio Alves Ferreira, do coordenador de administração de Francisco Morato, Vinicius Tolentino, da coordenadora dos trabalhos do PDUI em Franco da Rocha, Pamela Marques Garcia, da representante do Consult da Sub-Região Norte na Câmara Técnica do PDUI, Isis Bueno, e de Maria Ligia S. de Oliveira Wertheimer, da Emplasa.

Entre os temas abordados, o destaque foi a construção de um aeroporto em Franco da Rocha, trazendo para a região infraestrutura tecnológica. “Se não nos mobilizarmos e planejarmos, outros farão por nós”, disse uma convidada.

Os cidadãos podem enviar suas contribuições diretamente via site do PDUI, onde também estão sendo disponibilizadas as propostas dos representantes do poder público. Além das audiências em todos os municípios da Sub-região, serão realizadas ainda oficinas e audiências sub-regionais. Todas as datas, horários e detalhes do processo podem ser consultados na plataforma digital do PDUI.

O prefeito **Kiko Celeguim** falou da relevância do governo no Plano. “É fundamental o papel do Governo do Estado em todo esse processo. Temos muitos planos para a região, mas é preciso que conste no Plano de Desenvolvimento para que, nas próximas décadas, haja esse progresso local”.

Pamela Garcia falou sobre o Estatuto da Metrópole, explicando os objetivos do PDUI. E informou que o PDUI futuramente integrará o Plano Diretor do município.

O prefeito de Franco da Rocha, **Kiko Celeguim**, disse que a maneira mais simples de explicar o Plano para a população é dizer que, daqui a 10 ou 20 anos, todas as grandes obras ou iniciativas de parcerias entre as cidades da Grande São Paulo certamente estarão contidas nesse Plano. Frisou que os desafios hoje em dia são mais complexos e exigem discussão mais ampla e que essa é a primeira oportunidade que os municípios têm de fazer uma discussão mais amigável de suas dificuldades no processo de desenvolvimento. "A atividade é a primeira de outras que vão acontecer para que se possa ouvir a contribuição da comunidade na construção do Plano de Desenvolvimento da nossa metrópole".

Os trabalhos foram abertos pela arquiteta e urbanista da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), Maria Ligia Soares de Oliveira Wertheimer, que apresentou o cronograma de trabalho para a produção do PDUI. A Emplasa é vinculada à secretaria estadual da Casa Civil. “O processo participativo da comunidade começa com esta audiência e depois teremos oficinas com propostas específicas.

Todos os encontros contarão com a colaboração de equipes dos municípios, dos consórcios, de entidades empresariais, dos sindicatos e ONGs, que elegerão as pessoas que vão compor a instância deliberativa. Serão 52 membros da sociedade civil que vão avaliar o Plano”, detalhou. Após a conclusão dos trabalhos, o Plano seguirá para análise e aprovação na Assembleia Legislativa.

Na sequência, foi apresentado um vídeo ilustrativo elaborado pela Emplasa e a Apresentação do PDUI, anexada nesta pasta, que abordou os seguintes temas:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI".**

José Roberto dos Santos, especialista em Gestão e Planejamento (Geo Brasilis), apresentou, em seguida, o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista (2014-2030), que foi concluído pouco antes do Estatuto da Metrópole. Por esse motivo, justificou, algumas exigências do Estatuto não foram contempladas, mas estão sendo ajustadas. Ele destacou o desafio de integrar projetos e planos federais, estaduais e municipais e os diversos indicadores e as demandas da população. Apontou as diferentes vocações dos municípios da Sub-região Norte e o desafio de combinar tudo isso.

Ressaltou que o sentido da demanda e das necessidades é de mão dupla: os municípios têm uma série de informações, dados, mapas e planos setoriais, enquanto os governos federal e o estadual têm seus próprios planos e dados. Como fazê-los conversar entre si? O Plano da RMBS tem dois macro-objetivos: consolidar o desenvolvimento urbano (Habitação, Mobilidade, Saneamento) e fomentar o desenvolvimento econômico. Importante lembrar que a harmonização das diferenças entre os municípios só acontece com o planejamento ao longo dos anos.

José Roberto apresentou, ainda, a Metodologia do Plano, que consiste em três etapas. Na primeira, ocorreram a leitura de estudos, planos e projetos existentes; reuniões para identificar as prioridades das secretarias estaduais e das prefeituras; e integração das bases de dados georreferenciados. Na segunda etapa, foram feitas projeções econômicas, demográficas e populacionais até 2030 (destacou a dificuldade, uma vez que existiam metodologias diferentes, o que resulta na necessidade de implantação dia a dia para assimilar uma mesma metodologia); a consolidação de cenários futuros e a projeção de demandas de emprego, habitação e saneamento. Na terceira etapa, foi formulado o caderno de propostas e metas, que devem ser monitoradas para garantir o andamento das propostas.

Ele frisou que a importância do Cimbaju está em manter a estrutura do planejamento até o fim, mas que não há necessidade de criar tanta coisa nova, apenas organizar o que já existe. O objetivo é buscar equalizar o desenvolvimento econômico, respeitando a vocação de cada município, para que cada um deles cresça por igual.

Abordou, ainda, a questão do crescimento de viagens, deslocamentos e movimentos pendulares na Sub-região Norte, que sofrerá, também, a influência de dois grandes empreendimentos de infraestrutura: o Rodoanel Norte e o futuro aeroporto planejado para se instalar em Caieiras. Serão empreendimentos importantes do ponto de vista de desenvolvimento econômico, mas, por outro lado, se não monitorados, vão trazer maiores dificuldades de planejamento urbano.

O Relatório Executivo do Plano e o Caderno de Mapas podem ser acessados no site www.agem.sp.gov.br.

Debate

O secretário de Meio Ambiente de Caieiras, **Bonfilio Alves Ferreira**, falou sobre o status de "dormitório" da Sub-Região Norte da RMSP. Disse que a região ainda está procurando seu caminho de desenvolvimento, sua vocação, que os Planos Diretores ajudaram, mas que essa ideia de caminhar junto parece interessante. Falou que a região concentra muitas unidades de conservação (Mairiporã, Franco da Rocha, Caieiras), mas que, em compensação, só há duas estradas e uma ferrovia que dão acesso à região. Isso gera problemas de mobilidade gigantescos. Também tocou no assunto da compensação por serviços ambientais, frisando que esta deve ser uma prioridade para o Governo do Estado. Abordou, também, a questão do aeroporto, dizendo que é necessária mudança de legislação para autorização da instalação, mas que a área já foi comprada pela iniciativa privada (R\$ 380 milhões).

Maria Lígia (Emplasa) perguntou para **José Roberto** (GeoBrasilis) como eles lidaram com as questões do macrozoneamento e das ZIMs. Ele respondeu que, na RMBS, foi elaborado o macrozoneamento costeiro, que, posteriormente, virou o Zoneamento Econômico Ecológico. Assim, foi mais fácil resolver, pois decidiram seguir o que o ZEE definiu, já que este foi o resultado de um debate de 10 anos. Acredita que este processo será mais complicado na RMSP.

Altair Damasceno, que trabalha na revitalização da Ferrovia Perus-Pirapora, disse que o principal problema do Vale do Juqueri é a drenagem. Gasta-se muito com desassoreamento, mas não é suficiente para evitar inundações. A solução depende de projetos compartilhados entre Estado, municípios e demais atores envolvidos, como a CPTM. Contou que a erosão é muito grande em Francisco Morato e que encomendaram um estudo ao IPT para identificar os pontos de erosão em toda a Bacia do Juqueri, considerando esse estudo muito importante para o PDUI. Ele considera necessário um projeto de combate à erosão, para que não se gaste mais com desassoreamento. Propôs trabalhar em dois grupos: saneamento, para evitar os alagamentos (entende que a Sabesp precisa rever o Plano da Cantareira), e transportes, sugerindo um VLT do Vale do Juqueri.

Vinicius Tolentino, coordenador de Administração de Francisco Morato, apresentou dados sobre oferta de mão de obra em Francisco Morato, resultante de um levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Disse que cinco mil pessoas do município trabalham em *contact centers*, mas que não há nenhuma empresa desse tipo na região. Afirmou que as Etecs e Fatecs da região não preparam

mão de obra para esse mercado. Também frisou que falta infraestrutura tecnológica para atrair esse tipo de empresa. Perguntou a Maria Lúgia sobre o prazo para desenvolvimento do PDUI, dado o calendário eleitoral.

Maria Lúgia respondeu que o conteúdo técnico está sendo levantado desde 2015, que a Emplasa está trabalhando nos subsídios para as discussões e que todos os documentos (cadernos sub-regionais, Visão da Metrópole, etc) estão disponíveis no site do PDUI. Disse que a lei eleitoral limita, durante o segundo semestre, a realização das audiências, mas que os trabalhos terão continuidade e que as equipes técnicas dos municípios e do Estado vão poder continuar trabalhando no Plano, de modo a chegar no fim do ano com o projeto já encaminhado.

Rita, presidente da Sociedade Protetora dos Animais de Caieiras (Soprac) apontou o problema do abandono de animais na região. Disse que foi à audiência para apresentar um projeto simples que eles elaboraram e que querem futuramente participar do PDUI.

Isis Bueno, representante do Consult da Sub-Região Norte na Câmara Técnica do PDUI, fez as considerações finais.